

Câmara aprova em 1º turno versão desidratada da PEC



Lira; presidente da Câmara participou de negociações que contornaram fim do Orçamento Secreto em troca da aprovação da PEC da Transição, com prazo menor

Principais pontos da PEC da Transição

Texto do governo eleito foi desidratado para garantir acordo para votação

- Permite o aumento do teto de gastos em R\$ 145 bilhões para garantir pagamento do Bolsa Família de R\$ 600 a partir de janeiro e um adicional de R\$ 150 por criança até 6 anos
- Abre a possibilidade de uma despesa adicional de R\$ 23 bilhões fora do teto de gastos para investimentos
- Estabelece que a vigência das medidas será de um ano ao invés de dois como gostaria o governo eleito
- Transforma metade das emendas de relator, que foi considerada inconstitucional pelo STF, em emendas individuais impositivas, de indicação de deputados e senadores
- A outra metade das emendas de relator será transferida para controle do Poder Executivo, a quem caberá decidir quais áreas receberão os recursos
- Estabelece prazo até 31 de dezembro de 2023 para que o novo governo apresente uma proposta para um novo arcabouço fiscal
- Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite realocar até 30% das receitas para fins diferentes de sua destinação legal original, é estendida para 2024
- Doações e universidades ficam fora do teto como proposto pelo governo, assim como ações financiadas por recursos de sentenças judiciais em casos de desastres ambientais

Congresso Acordo limitou prazo a um ano e contornou proibição do Orçamento Secreto; 2º turno será hoje Câmara aprova PEC da Transição por 331 a 168

Marcelo Ribeiro, Vandson Lima e Renan Truffi De Brasília

Em uma votação apertada, a Câmara aprovou nesta terça-feira em primeiro turno o texto-base da proposta de emenda constitucional (PEC) da Transição, que abre espaço de R\$ 145 bilhões no orçamento de 2023 para garantir o pagamento do Bolsa Família de R\$ 600 a partir de janeiro e um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos, promessa feita pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a campanha eleitoral.

Foram 331 votos a favor, enquanto 168 deputados foram contrários. O projeto ainda abrirá espaço de R\$ 23 bilhões fora do teto de gastos para investimentos. A votação em segundo turno ocorrerá nesta quarta-feira quando o Senado também deve analisar alterações feitas na proposta pelos deputados — em especial, com a diminuição do prazo de ampliação do teto, que

valerá apenas para 2023.

A votação foi marcada pela obstrução do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, do Republicanos e do Novo. Preocupado com o placar apertado dos requerimentos de obstrução, até o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), colocou a digital e votou a favor da PEC.

Um dia após o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar inconstitucional as emendas de relator, que somam R\$ 19,4 bilhões, os parlamentares usaram a PEC para contornar a vedação. Uma metade será remanejada para as emendas individuais dos parlamentares, que são impositivas. Inseriu-se uma emenda na PEC de Transição para que haja um aumento do percentual da receita corrente líquida (RCL) vinculada às emendas individuais, para 2%. Esta alteração torna ao Senado e, estando as duas Casas em acordo, será feita ainda esta semana a promulgação da proposta.

Os outros R\$ 9,7 bilhões serão transformados em RP2, identi-

ficador de recursos que farão parte da programação normal do governo federal, que escolhe como fazer sua aplicação.

Além disso, a PEC prevê que o governo eleito terá até o fim de agosto para encaminhar ao Congresso um projeto de lei complementar que proponha um novo regime fiscal em substituição ao teto de gastos. Após a aprovação do texto-base, deputados ainda analisaram dois destaques que sugeriam mudanças no texto. O último destaque, do partido Novo, será votado hoje. Após a conclusão dessa etapa, ainda será necessária a votação da PEC em segundo turno.

No acordo fechado entre líderes do Congresso Nacional e interlocutores do novo governo, a ampliação do teto se dará apenas para 2023. O valor total das emendas impositivas irá quase dobrar, já que o valor previsto no Orçamento para o próximo ano era de R\$ 11,7 bilhões, com cada parlamentar tendo direito a R\$ 19,7 milhões. O novo governo teve de mer-

gulhar nas negociações para garantir a aprovação da matéria. Futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) esteve na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) na noite de segunda-feira e na manhã de ontem, quando se selou o acordo. Ficou decidido que o parecer do relator da PEC, o deputado Elmar Nascimento (União-BA), manterá a previsão de aumentar o teto de gastos em R\$ 145 bilhões para garantir o pagamento do Bolsa Família de R\$ 600 a partir de janeiro, além de um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos. Além disso, abrirá espaço de R\$ 23 bilhões fora do teto para investimentos. Também foi batido o martelo sobre a redução do prazo de vigência dessas regras de dois anos para apenas um ano.

Em seu parecer, Elmar manteve o dispositivo que orienta o presidente da República a enviar, até 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com uma nova âncora fiscal, "de modo a garantir a

estabilidade macroeconômica do país, criando condições para o desenvolvimento econômico e social", anotou. Manteve-se o alongamento em um ano da vigência da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Também foi mantido o dispositivo que retira incidência de tributos, em específico o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), sobre as doações destinadas a projetos socioambientais ou aos destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, e às instituições federais de ensino.

Além da supressão da ampliação do teto em 2024, restringindo sua vigência ao próximo ano, o relator retirou dispositivo que abria a possibilidade de que despesas custeadas com recursos oriundos de operações financeiras com organismos multilaterais fossem excluídas do teto de gastos do Executivo. A proposição ainda permite a utilização de recursos abandonados do PIS/Pasep, que não tenham sido reclamados em um prazo de 20 anos, para a realização de inves-

timentos públicos - aqueles que queiram reclamar esses valores ainda poderão fazê-lo num prazo de 20 anos.

Com a PEC da Transição encaminhada, fica faltando que a divisão dos recursos do 'orçamento secreto' seja confirmada na aprovação do Orçamento para 2023. Presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o deputado Celso Sabino (União Brasil-PA) disse que a divisão dos novos recursos de emendas individuais está sendo estudada. Sabino disse que haverá um esforço para votação da matéria até quinta-feira, último dia dos trabalhos legislativos - a peça orçamentária precisa passar pela CMO e pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta. Caso isso não seja possível, uma possibilidade é uma convocação extraordinária. "Se não tivermos votado o Orçamento até o dia 22, talvez possa haver uma convocação extraordinária para que seja votada nesse ano e o governo eleito possa contar com o orçamento para janeiro".

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Página: 6